



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Superintendente
Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 89/2022-ASCOM/SUPERIN

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa prestadora de serviço especializado em cobertura de seguro do tipo RETA (Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo).

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. Justificativa

O presente Termo de Referência visa a contratação de empresa prestadora de serviço especializado em cobertura do seguro do tipo RETA (Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo). Tal solicitação se justifica em razão de garantir cobertura de eventuais danos a terceiros, conforme estabelece o REGULAMENTO BRASILEIRO DA AVIAÇÃO CIVIL ESPECIAL (RBAC-E) Nº 94.

A RBAC-E nº 94 traz dentre as regras gerais o seguinte requisito: “(d) Todas as operações de aeronaves não tripuladas de uso não recreativo acima de 250 gramas de peso máximo de decolagem devem possuir seguro com cobertura de danos a terceiros, exceto as operações de aeronaves pertencentes a entidades controladas pelo Estado.”.

Nesse sentido, após a aquisição pela Sudam de um Drone modelo MAVIC AIR 2, com peso superior a 250g e menor ou igual a 25kg, será necessária a contratação de empresa prestadora de serviço especializado em seguro Tipo "RETA" para sistemas de aeronaves não tripuladas.

2.2. Alinhamento Estratégico

A contratação pretendida faz parte da meta intermediária da Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional, incluída no Planejamento Estratégico Institucional - PEI.

2.3. Forma de Prestação de Serviços

A forma de prestação ocorrerá de forma indireta.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. Especificações Técnicas

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTID.
1	SEGURO RETA – Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo, que cobre danos causados a pessoas e a bens de terceiros, por colisão/abalroamento. O Seguro RETA deve cobrir valor mínimo de acordo com o previsto pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e pela Resolução nº 37, de 07 de agosto de 2008 da ANAC, suas atualizações, além de outras normas aplicáveis. Devem estar cobertos sinistros com ocorrência em todo o perímetro do território nacional.	UNID.	1

3.2. Dados da Aeronave para o Seguro RETA

3.2.1. Aeronave Remotamente Pilotada

- Fabricante: DJI
- Modelo: MAVIC AIR 2
- Classe da RPA: Classe 3
- Utilização: Filmagem e Fotografia Aérea
- Possui Nota Fiscal: Sim
- Valor do Drone: R\$9.920,00
- Patrimônio Sudam:

4. EMISSÃO DA APÓLICE

A emissão da apólice será no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos a contar da data de recebimento da documentação do equipamento.

A apólice de seguro deverá conter as normas estabelecidas pelo SUSEP- Superintendência de Seguros Privados, atender às exigências da RBAC-E 94.

5. FRANQUIAS

A importância segurada deverá estar conforme o estabelecido pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e pela Resolução nº 37, de 07 de agosto de 2008 da ANAC, suas atualizações, para a RPA adquirida.

6. PRAZO PARA PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES

Os pagamentos relativos às coberturas garantidas têm o prazo máximo limitado a 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos documentos exigidos, sob pena de multa a ser declinada no instrumento contratual.

7. ORÇAMENTO

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

Programa de Trabalho: 04122003220000001 - Administração da Unidade

Fonte: 0100000000/250

Elemento de despesas: 339039

8. ESTIMATIVA DE PREÇO

A presente contratação foi estimada em R\$ 452,28 (Quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos), conforme levantamento de mercado, feito no site governamental Pannel de Preços, constante em Estudo Técnico Preliminar

9. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.1. Nomear Gestor e Fiscal do instrumento contratual para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

9.2. Verificar minuciosamente e realizar a validação dos documentos no prazo fixado e sua conformidade com o instrumento contratual, para fins de aceitação e ateste;

9.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação do serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

9.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente a prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e parafiscais resultantes da execução desta contratação e constituem obrigações da CONTRATADA:

10.2. Executar fielmente o objeto do CONTRATO, de acordo com suas cláusulas e condições e em rigorosa observância às normas e processos técnicos e tudo mais que necessário for a sua perfeita execução, garantindo-o contra eventuais falhas de mão de obra, impropriedade dos métodos de execução ou má qualidade dos serviços fornecidos, respondendo na forma da lei por quaisquer questões do objeto deste CONTRATO;

10.3. Executar o objeto do CONTRATO, de acordo com a legislação vigente e dos demais documentos integrantes do processo licitatório, em consonância com as comunicações emanadas pela CONTRATANTE ou por ela aprovada;

10.4. Manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

10.5. Não subcontratar, ainda que parcialmente, nem transferir a terceiros, no todo ou parte, o objeto ora contratado;

10.6. Responder pela qualidade e adequação dos métodos utilizados à perfeita execução dos serviços;

10.7. Facilitar a ação da CONTRATANTE, informando o andamento dos trabalhos, provendo acesso aos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas;

10.8. Prover explicações sobre os serviços objeto desta contratação, sempre que for constatada qualquer dúvida por parte da CONTRATANTE;

10.9. Refazer, exclusivamente às suas custas e dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, os serviços executados com vícios ou defeitos, sem que tal fato possa ser invocado para justificar modificações nos prazos contratuais;

10.10. Se comprometer a realizar as revisões dos trabalhos indicadas pela CONTRATANTE;

10.11. Reparar, exclusivamente às suas custas e dentro do prazo ajustado, qualquer dano causado a CONTRATANTE durante a execução do objeto do CONTRATO;

- 10.12. Arcar com todas as despesas de seu pessoal, respondendo pelos encargos fiscais, trabalhistas, securitários e previdenciários;
- 10.13. Fornecer toda a mão de obra necessária à execução dos serviços, legalmente contratada e adequadamente qualificada para as funções que exercerão, conforme exigências da contratação
- 10.14. Utilizar-se, exclusivamente, de empregados submetidos a exames médicos admissionais, periódicos e demais exames de saúde obrigatórios por lei, às suas expensas, devendo apresentar à CONTRATANTE, antes do início dos trabalhos o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO. A CONTRATANTE terá o direito de fiscalizar o cumprimento do aqui disposto.
- 10.15. Apresentar para avaliação e aprovação da CONTRATANTE, em até 20 (vinte) dias a contar da assinatura do CONTRATO, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE, a seguinte equipe técnica mínima, com nome, nº do RG e a respectiva documentação de comprovação da qualificação técnica exigida:
- 10.16. Caso seja necessário substituir qualquer profissional da equipe técnica a CONTRATADA deverá apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data do afastamento do profissional, a documentação do novo profissional que deverá substituí-lo, atendendo aos mesmos requisitos estipulados anteriormente, para avaliação e aprovação da CONTRATANTE, ficando vedada a substituição ou alteração de qualquer profissional sem o conhecimento prévio e a anuência da CONTRATANTE, sendo esta ação considerada inadimplemento.
- 10.17. Comunicar, imediatamente, por escrito a CONTRATANTE, quaisquer dificuldades encontradas pelos técnicos alocados para execução dos serviços que, eventualmente, possam prejudicar a boa e pontual execução dos trabalhos, sob pena de serem tais dificuldades consideradas inexistentes;
- 10.18. Retirar dos serviços qualquer empregado que, a critério da CONTRATANTE, seja julgado inconveniente ou não apto ao bom andamento dos trabalhos;
- 10.19. Apresentar a CONTRATANTE a qualquer tempo, quando lhe forem solicitados, os referidos laudos técnicos e documentos, sob a responsabilidade de sofrer as penalidades previstas neste CONTRATO;
- 10.20. Efetuar pontualmente os pagamentos de salários (de acordo com convenções coletivas aplicáveis), encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fornecedores de materiais e/ou serviços, entre outros débitos gerados em razão da prestação de serviços, de forma a não comprometer a produtividade e evitar quaisquer transtornos em relação à boa execução do CONTRATO;
- 10.21. Responder por multas ou penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, normativas ou regulamentares, salvo se decorrerem de processo administrativo ou pleito relativo a ato cuja prática tenha sido determinada, por escrito, pela CONTRATANTE, e, desde que, obedecidas fielmente as instruções desta.
- 10.22. Cumprir as disposições sobre Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional contidas na Legislação Trabalhista e Previdenciária e nas Normas Técnicas aprovadas pela ABNT;
- 10.23. Observar as disposições da *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)* no tratamento dos dados a que tiver acesso em razão do CONTRATO.

11. REPRESENTANTES DA CONTRATADA

- 11.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, às suas custas, um representante devidamente credenciado, por escrito, a representá-la em todos os atos referentes à execução do presente CONTRATO e também um substituto para seus impedimentos ocasionais, também credenciado por escrito e que será responsável pela comunicação com a CONTRATANTE durante todo o período de execução dos serviços.
- 11.2. Nos documentos que credenciam o representante da CONTRATADA e seu substituto deverá constar expressa referência a poderes para representar a CONTRATADA por todos os atos por eles praticados.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução para a presente aquisição.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA VIGÊNCIA

O prazo de VIGÊNCIA será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do instrumento substuto ou retirada do empenho/contrato, podendo ser prorrogado na forma prevista na legislação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) dar causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame
 - m) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#)

15.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 21.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 21.1.1 a 21.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 21.1.2 a 21.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 21.1.8 a 21.1.12, bem como nos demais

casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

15.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.;

15.6 A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.;

15.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

15.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.;

15.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.;

15.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.;

15.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A extinção do contrato poderá ser:

I-determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II-consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequência indicadas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Termo de Referência.

16.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III- Indenizações e multas

15. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

18. ANEXO I-A - MODELO DA PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTID.	PREÇO TOTAL
1	SEGURO RETA – Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo, que cobre danos causados a pessoas e a bens de terceiros, por colisão/abalroamento. O Seguro RETA deve cobrir valor mínimo de acordo com o previsto pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e pela Resolução nº 37, de 07 de agosto de 2008 da ANAC, suas atualizações, além de outras normas aplicáveis. Devem estar cobertos sinistros com ocorrência em todo o perímetro do território nacional.	UNID.	1	

* PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

* NO PREÇO ESTARÃO INCLUSOS TODOS OS CUSTOS

Belém, de de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro César Souza de Vilhena, Assessor Técnico**, em 20/07/2022, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Elida Cristina Guiomarino de Aquino Fleury, Analista Técnico Administrativo**, em 20/07/2022, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Louise Caroline Campos Löw, Superintendente**, em 21/07/2022, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0445281** e o código CRC **74CDC63C**.

Referência: Processo nº 59004.000763/2022-87

SEI nº 0445281